

SCHEILA ADRIANI RICHTER¹

6º semestre

Serviço Social - FEMA

O PERFIL PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA PROFISSÃO.

A formação profissional em Serviço Social, parte do pressuposto que é necessária à compreensão da trajetória histórica da profissão. Inserida no contexto social que marcou sua emergência e institucionalização na sociedade brasileira

No surgimento do Serviço Social no Brasil, na década de 30, vinha-se com um processo de industrialização intensivo, com o aumento do desenvolvimento econômico, social, cultural e político. Essas mudanças iniciaram com a Revolução de 1930, que foi um evento significativo na história contemporânea.

“Registrou-se um incremento da taxa de crescimento da população e de urbanização. A concentração da população nas áreas urbanas trouxe consigo problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, de infraestrutura e tantos outros. Na medida em que a industrialização avançava, crescia a concentração da renda, ampliando-se as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho e agravando-se a questão social” (BULLA, 2003 p.05).

A profissão teve sua origem ligada a este desenvolvimento capitalista, qual propiciava o agravamento da questão social, em vários setores, tanto social, político, quanto econômico.

“Os processos de institucionalização do Serviço Social, como profissão, estão relacionados com os efeitos políticos, sociais e populistas do governo de Vargas. A implantação dos órgãos centrais e regionais da previdência social e a reorganização dos serviços de saúde, educação, habitação e assistência ampliaram de modo significativo o mercado de trabalho para os profissionais da área social” (BULLA, 2003, p.03).

O agravamento dos problemas sociais dos trabalhadores se deu pelo acúmulo dos bens de trabalho nas mãos de poucos, deteriorando àqueles que só possuíam a força de trabalho. Sendo que, de acordo com BULLA (2003), “em 1938 foi instituído o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), órgão ligado ao

¹ Acadêmica do 6º semestre do Curso de Serviço Social – Faculdades Integradas Machado de Assis.
scheiladrich@hotmail.com

Ministério de Educação e Saúde, a quem foram atribuídas às seguintes funções: realizar inquéritos e pesquisas sobre as situações de desajustes sociais; organizar o Plano Nacional de Serviço Social, englobando os setores públicos e privados; sugerir políticas sociais a serem implantadas pelo governo; dar parecer sobre a concessão de subvenções governamentais às instituições privadas”.

“As décadas de 40 e 50 serão significativas para a institucionalização do Serviço Social – no sentido de crescimento de mercado de trabalho – pelo surgimento das grandes instituições de Assistência Social que evoluem no Brasil, a partir da ação estatal que tenta responder à pressão das novas forças sociais urbanas” (ANDRADE, 1996, p.17).

Vargas, em seu governo, procurou o apoio da igreja católica. “As posições da Igreja relativas à questão social, contidas na Encíclica *Quadragesimo Ano* (Pio IX, 1931), confirmavam as da *Rerum Novarum* (LEÃO XIII, 1891) quanto à necessidade de o Estado intervir nas relações entre o capital e o trabalho e à obrigação de realizar políticas sociais” (BULLA, 2003, p.07). Reafirmava-se assim a importância de uma sociedade sem conflitos, com harmonia.

Com essa coligação entre governo e igreja católica, uma apoiava os feitos do outro. “A Igreja oferecia suporte às políticas do Estado, e Vargas cooperava com muitos dos propósitos da Igreja Católica, preocupada com a restauração cristã da sociedade brasileira” (BULLA apud MONTENEGRO, 1972). Houve assim, aumento nas instituições assistenciais e educativas, que, de acordo com BULLA (2003), foram significativas na formação de pessoal para a realização do trabalho social nas instituições assistenciais nascentes. Precisou-se criar um profissional que fosse capaz de lidar com as questões sociais, fomentando assim o surgimento do ensino à Serviço Social.

No início da profissão, os Assistentes Sociais trabalhavam em instituições da igreja, sendo um pouco mais tarde, absorvida pelo Estado para o enfrentamento da questão social, qual passou a ser o grande empregador deste profissional. Os Assistentes Sociais também ocupavam espaço trabalhista nas indústrias e comércio para atuar junto aos trabalhadores, sendo uma porta de entrada para uma nova área no mercado de trabalho.

“A inserção do Serviço Social na sociedade e sua associação às lutas e movimentos políticos sempre foi uma das características da profissão,

desde os primeiros tempos, sempre que se tratava de questões sociais” (BULLA, 2003, p.12).

“Um novo padrão societário impõe outra maneira de trabalhar, viver e pensar exigindo atuação na subjetividade do trabalhador para consolidar a sociabilidade do capitalismo reatualizado. Trata-se de produzir o “novo homem” e o “novo trabalhador” de acordo com as atuais necessidades da reprodução capitalista” (KOIKE apud GRAMSCI, 2001).

Nos anos 30, iniciando a profissão, o Serviço Social tinha como fundamento os princípios franco-belgas, passando a partir da década de 40, com o estudo da ação social, e passando da visão americana da profissão para a brasileira. Já nos anos 60, com o Regime Militar, os Assistentes Sociais, como os outros profissionais que lutavam pela transformação social, sofreram a repressão do regime.

Sob a influência católica, o Serviço Social brasileiro importou os métodos de Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade, almejando uma ação eficaz no trabalho social.

Numa conjuntura político-sócio-econômica marcada pelo agravamento das desigualdades sociais e pela agudização das questões sociais em toda a América Latina, setores da categoria profissional dos Assistentes Sociais foram impulsionados a um notável movimento de renovação da profissão, na década de 70, denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social, qual propunha novos enfoques teóricos e metodológicos para o seguimento do Serviço Social. Buscava a especificidade da prática do Serviço Social, em meio a outras práticas sociais.

“[...] o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a partir da perspectiva hegemônica, no contexto da América Latina, impõe aos assistentes sociais a necessidade de ruptura com o caráter conservador que deu origem à profissão, calcado no atrelamento às demandas e interesses institucionais, e coloca como exigência a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e interesses dos setores populares que constituem, majoritariamente, a clientela do Serviço Social” (ANDRADE apud SILVA, 2002, p.72).

O mercado de trabalho a partir de então, passa a requerer um trabalhador polivalente, com novas características técnicas, capaz de atuar em diferentes funções ou postos de trabalho.

Pensar o Serviço Social é ter clareza do projeto ético-político para entender o mercado de trabalho, de procurar entender a realidade com o apoio metodológico, ou seja, entender a prática em um contexto capitalista.

O processo de formação profissional sob permanente crítica torna-se cada vez mais uma necessidade nos diferentes campos profissionais. As transformações societárias desencadeadas pelo movimento que as classes sociais realizam para enfrentar a crise contemporânea do capital suscitam novas exigências às práticas profissionais, aos processos da formação profissional e à organização dos sujeitos da profissão.

É preciso buscar perfis sócio-profissionais que imprimam novos atributos, ideias e valores à força de trabalho. Prevalecem atributos comportamentais que se exprimem na conduta individual, com ênfase na criatividade, no empreendedorismo, adaptabilidade e capacidade de trabalhar sob tensão ou crise.

O capitalismo busca saídas para seus próprios limites, conhecer, avaliar e refletir sobre o processo educativo-formativo dos Assistentes Sociais. Isso implica em uma cuidadosa avaliação crítica do estágio do capitalismo do significado da profissão na divisão sócio técnica do trabalho, de seus vínculos com o real e da opção política que os sujeitos da profissão imprimem aos projetos profissionais e societários.

Uma ferramenta indispensável de uso do Assistente Social é a pesquisa, pois com ela, de acordo com SETUBAL (p.49) 2007):

“[...] é um dos procedimentos teórico-metodológicos que, ao ser incorporado à prática profissional, poderá levar o assistente social a reinventar, reconstruir e até construir outra visão de Serviço Social, a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida. Permite uma auto-análise e revisão permanente dos que a praticam, uma compreensão do outro, com mais tolerância; o repensar o dito, o obrigado a ouvir e a aceitar, por ser procedente da autoridade produtora do conhecimento já reconhecido no meio da intelectualidade, ou da autoridade decorrente da função institucional”.

Pontos como os da questão social, trabalho e Serviço Social, pesquisa, metodologia, relação teoria-prática, instrumentalização, entre outros, são fontes de recorrentes debates e investigação nas unidades acadêmicas, nos espaços profissionais e nos eventos do Serviço Social, indicativo de que se trata de projeto em aberto, democrático, ou seja, um processo em construção.

Segundo Jane Prates, em uma das suas colocações no 6º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais, ocorrido em POA, no dia 11/12 de maio de 2012, em relação à importância da pesquisa, diz que a pesquisa é muito importante para desvendar a realidade social, para ver que a realidade é cotraditória, e é através da mesma que pode ser superada, também é através dessa que pode ser colocada a teoria na prática e a prática na teoria.

A exigência hoje é a de um Assistente Social qualificado, que tenha competência e habilidades necessárias para negociar seus projetos profissionais no espaço sócio-ocupacional onde desenvolve sua atuação.

A academia, enquanto formadora de profissionais, tem uma importância determinante, por construir e instigar os acadêmicos a realização correta e concreta do exercício profissional.

O perfil do profissional no início da profissão era voltado à caridade, a ajuda mútua, filantrópica. Porém com o passar dos anos e das necessidades da sociedade pelo avanço da questão social, esse perfil foi se reconstruindo e passando a ser de fato, uma profissão reconhecida, onde “o Assistente Social trabalha com a questão social nas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.” (IAMAMOTO apud GOERCK, 2009, p. 28).

De acordo com BARROCO (2012) a viabilização de programas e políticas sociais é dever do Assistente Social enquanto profissional da área social e garantidor de direitos. Para isso é fundamental a articulação profissional com a população para suprir e atender as demandas. O trabalho do Assistente Social de acordo conforme o Conselho Regional de Serviço Social 10º Região, é “atuar na realidade social através do atendimento de inúmeras demandas, elaboração de pesquisas e construção de propostas que visam o atendimento às necessidades sociais da população”.

“Pode-se concluir que o Serviço Social deve na sua prática conciliar a necessidade de racionalidade científica que supõe uma sequência de atos decisórios, ordenados em momentos decisivos e baseados em conhecimentos teóricos científicos e técnicos” (BAPTISTA apud RONCONI, 2002, p. 28).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. A materialização do código de ética: exigências e possibilidades. **Código de Ética do Assistente Social Comentado.** São Paulo: Cortez, 2012. cap.3.

Conselho Regional de Serviço Social – 10º Região. **Mitos e Verdades sobre a profissão do Assistente Social.**

Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. Aglair Alencar Setubal. Rev. Katál. 2007 Florianópolis v. 10.

Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. Maria Marieta Koike.

Formação profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos, constantes desafios. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.

GOERCK, Caroline; FRAGA, Cristina K. et al. **Múltiplas faces da Questão Social:** O objeto de trabalho do Assistente Social. Porto Alegre: Fatch, 2009.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. Leonia Capaverde Bulla. Textos & Contextos Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 2, ano II, dez. 2003.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. **Os dilemas gerenciais do Serviço Social.** Palmas: ITOP, 2011. Dissertação (pós-graduação em Gestão em Serviço Social e Políticas Públicas), Instituto Tocantinense de Educação Superior e Pesquisa Ltda, 2011.